





do Amaral, representante Suplente do Ministério da Educação; Simplício Carlos Barboza, representante Suplente do Ministério da Previdência Social; Kleber Pessoa de Melo, representante Suplente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Iniciados os trabalhos, o Senhor Ministro e Presidente do Conselho Nacional Antidrogas deu boas-vindas aos Conselheiros e demais pessoas presentes à reunião. O Presidente do Conselho Nacional Antidrogas explicou que as orientações estratégicas e diretrizes para o Sistema Nacional Antidrogas e as orientações sobre a organização interna do CONAD, já aprovadas pelo Colegiado, iriam ser publicadas na forma de Decreto, assinado pelo Presidente da República, porém após várias discussões resolveram transformar numa Resolução. Expôs que num futuro próximo os textos serão alterados novamente tendo em vista os estudos realizados no âmbito do Colegiado, e sendo uma Resolução simplifica a alteração. Informou ainda, que a alteração da composição do Conselho Nacional Antidrogas realizar-se-á por meio de Decreto que será levado ao Senhor Presidente da República. Em seguida, fez algumas observações relativas ao modelo de organização de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Colegiado nas duas primeiras reuniões do ano, expondo que elas criam mecanismos estruturados para participação da sociedade nas políticas públicas por meio de suas representações; propiciam integração e articulação entre órgãos e entidades do executivo federal que atua na redução da demanda e da oferta de drogas fortalecendo o Sistema Nacional Antidrogas; descentralizam a execução; estimulam o compromisso dos órgãos públicos com os assuntos do Conselho Nacional Antidrogas. Asseverou que as Câmaras de Assessoramento asseguram fundamentação técnica de maior excelência para as decisões do Colegiado mantendo a qualidade e celeridade do processo decisório e o plenário dentro do possível enxuto e bem representativo; finalizando ratificou que o processo de implantação será gradual. Encerrou passando a palavra ao Secretário Nacional Antidrogas pedindo licença para ausentar-se, pois fora convocado para uma reunião na Casa Civil.

Item I – ATA. A ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional Antidrogas, realizada dia 21 de maio de 2003, foi aprovada por unanimidade, e assinada pelo Colegiado.

Item II – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA NACIONAL ANTIDROGAS A PARTIR DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS.

2.1. O Secretário Nacional Antidrogas apresentou uma síntese das atividades desenvolvidas pela Secretaria Nacional Antidrogas a partir da 2ª Reunião Ordinária do Conselho.

2.1.1. Informou que foi promulgada a Lei 10.683, dia 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências. Esclareceu que a referida Lei era fruto da Medida Provisória assinada pelo Presidente da República dia 1º de janeiro, e no seu art. 6º e 27º, ela define bem as posições do Gabinete de Segurança Institucional e do Ministério da Justiça - art. 6º, § 1º - Compete, ainda, ao Gabinete de Segurança Institucional coordenar e integrar as ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de prevenção do uso indevido de substâncias entorpecentes que causem dependência física ou psíquica, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, a recuperação e a reinserção social de dependentes. - Art. 27, inciso XIV: compete ao Ministério da Justiça a articulação, integração e proposição do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de repressão ao uso indevido, do tráfico ilícito e da produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica -. Explicou que os dois órgãos ministeriais têm a incumbência de serem órgãos centrais um do subsistema da redução da demanda outro da redução da oferta de drogas. Manifestou que a Secretaria Nacional Antidrogas é Secretaria-Executiva do Conselho Nacional Antidrogas para fins de executar a parte administrativa do Conselho, portanto não tem atribuições de execução e sim de articulação e integração tendo em vista a intersetorialidade que caracterizam as ações de drogas. Em vista disso a SENAD pauta e tem pautado seus trabalhos em cima de dois grandes eixos: o diagnóstico e a capacitação. Explicou que maiores detalhes seriam explicados pela Diretora de Prevenção e Tratamento.

2.1.2. Relativamente ao setor legislativo, informou que a SENAD na pessoa do Senhor Secretário havia sido convocado

ATA

2

mt  
JCH

*(Handwritten signatures and initials)*







noventa e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos) e 607 ( seiscientos e sete) destinações de bens “in natura” doados, cedidos e/ou indicados para custódia a entidades e órgãos da Administração Pública, para uso nas atividades antidrogas. Item IV – SÍNTESE DE PROJETOS EM ANDAMENTO. O Secretário Nacional Antidrogas passou a palavra à Diretora de Prevenção e Tratamento, Dra. Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte para apresentação do referido item. A Diretora de Prevenção e Tratamento informou que está sendo desenvolvido pela SENAD em parceria com a Universidade Federal de São Paulo por meio do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas - CEBRID um diagnóstico sobre o Consumo de Drogas entre meninos e meninas que vivem em situação de rua e entre estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, nas 27 capitais brasileiras. Disse que em parceria com o Ministério da Saúde deverá ser realizado um grande mapeamento de todas as instituições que atendem usuários ou dependentes químicos no Brasil. Acrescentou que o projeto será executado pela Universidade Federal de Brasília com adesão do Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA. Comunicou ainda, que estão sendo realizados estudos sobre padrão de consumo do álcool no país, pela UNIAD, da Escola Paulista de Medicina em parceria com a Universidade do Texas por intermédio do Sr. Raul Caetano, grande pesquisador brasileiro especializado em pesquisa dessa natureza. Ressaltou ser um estudo promissor em termos de subsídios para políticas públicas no país. Participou que relativamente à capacitação será realizado um curso para Professores por intermédio da Secretaria de Ensino à Distância da Secretaria de Ensino Fundamental e Secretaria de Ensino Médio do Ministério da Educação. Disse ser um projeto que já despertou interesse de organismos internacionais e será levado para países africanos de língua portuguesa. Inteirou que a SENAD juntamente com o Ministério da Educação e Saúde estão revendo o curriculum do Curso Técnico de Reabilitação em Dependências Químicas. Comunicou que a SENAD, Ministério da Educação e Ministério da Saúde tem estudado qual o papel das Comunidades Terapêuticas na assistência ao usuário e dependente químico e como funcionam perante o Sistema Único de Saúde – SUS. Deu ciência que foi publicada a Portaria Interministerial do Gabinete de Segurança Institucional e o Ministério do Trabalho nº 10, de 10 de julho de 2003, onde recomendam a todas Comissões internas de prevenção de acidentes das empresas que discutam o tema drogas, a começar pelo álcool. Expôs que está realizando em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, projeto de atendimento a adolescentes ameaçados de morte pelo tráfico de drogas. Esclareceu que a SENAD não está entrando em nenhuma questão sobre tráfico ou ameaça, porém quase a totalidades dos referidos adolescentes são usuários ou dependentes de drogas e precisam de algum tipo de atendimento. Participou que foi realizada uma Teleconferência pelo Ministério da Educação, Secretaria de Direitos Humanos e SENAD, onde foi lançado o Guia Escolar para professores com métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual em crianças e adolescentes. Ressaltou ainda, que em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos está sendo desenvolvido um curso de capacitação para Conselheiros Comunitários objetivando a preparação de Conselheiros para municipalização das ações de prevenção de tratamento e de reinserção social nos municípios. Relatou que a SENAD, Ministério da Defesa e Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado e da Câmara Federal está desenvolvendo projeto objetivando capacitar formadores dentro das três forças armadas a fim de formar recrutas como agentes multiplicadores de prevenção. Noticiou que a SENAD foi convidada pelo Tribunal Superior Eleitoral para participar do projeto “Eleitor do Futuro” objetivando preparar adolescentes a exercerem o voto com mais consciência. Item V – CONSIDERAÇÕES SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL ANTIDROGAS - APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOVA ESTRUTURA DO CONAD. O Secretário Nacional Antidrogas passou a palavra a Diretora de Política e Estratégias Antidrogas, Dra. Valéria Alpino Bigonha Salgado. A Diretora de Política e Estratégias Antidrogas informou que o Sr. Ministro do Gabinete de Segurança Institucional assinou as Resoluções sobre as



orientações estratégicas e diretrizes para o Sistema Nacional Antidrogas e sobre a organização interna do Conselho Nacional Antidrogas. Esclareceu que a missão do SISNAD é organizar, articular e integrar as ações as atividades de prevenção do uso indevido de drogas, a redução dos danos decorrentes desse uso, o tratamento e a reinserção social dos usuários de drogas e os dependentes químicos e a repressão ao uso indevido, à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de droga. Ponderou que a missão do CONAD é estabelecer as macro-orientações relacionadas à redução da demanda e da oferta de drogas, para assessorar o Presidente da República e promover a articulação e integração da ação pública. Além disso, expôs a estrutura, a composição, as competências e o funcionamento das Câmaras Técnicas e de Assessoramento. Informou que as Câmaras de Assessoramento foram criadas para fundamentarem tecnicamente as decisões do CONAD nas áreas jurídica e técnico-científica. Acrescentou que as Câmaras Técnicas representam os espaços para a participação social no Conselho, com a finalidade de formular consensos, desenvolver metodologias, responder às demandas do Plenário e propor estratégias. Elogiou o desenvolvimento das atividades dos grupos de trabalho, formados por membros do CONAD, que estão discutindo os documentos referentes ao processo de reestruturação do Conselho – regimentos internos das Câmaras acima mencionadas e ao processo de instalação das Câmaras Técnicas. Por fim, salientou que um novo período para apreciação, discussão e votação dos citados documentos, será iniciado no dia 3/10/2003, no “Portal do CONAD” no OBID, e solicitou aos Conselheiros que entrem neste endereço eletrônico para conhecer e debater sobre o processo de reestruturação. O Secretário Nacional Antidrogas passou a palavra ao Coordenador Geral de Planejamento do OBID, João Alfredo da Silva Sinício. O Coordenador do OBID explicou que os portais INTRANET permitem os trabalhos de grupo, ensinando como acessá-los. Disse que o CONAD tem trabalhado com reuniões em termos presenciais, porém pode-se trabalhar com reuniões virtuais e permanentes. Expôs as contribuições recebidas pelos Conselheiros relativamente à instalação das Câmaras, e que doravante o referido trabalho poderia ser feito acessando somente 1 (um) portal. O Secretário Nacional Antidrogas esclareceu que na reestruturação do CONAD foram criadas diversas Câmaras Técnicas e de Assessoramento, mas que o processo de instalação precisa ser gradual, iniciando-se por aquelas Câmaras identificadas como prioritárias para depois, com passos seguros, partir para a implementação das demais. Apresentou, assim, as propostas dos respectivos Órgãos coordenadores para essas câmaras: O Ministério da Educação, para órgão coordenador da Câmara Técnica de Prevenção; o Ministério da Saúde, para órgão coordenador da Câmara de Redução de Danos e Tratamento; o Ministério da Justiça, para Órgão coordenador da Câmara Técnica de Redução da Oferta e o Dr. Elisaldo Luiz de Araújo Carlini, para coordenador da Câmara de Assessoramento Técnico Científico. O Secretário Nacional Antidrogas colocou em votação a proposta de criação das Câmaras Técnicas com seus respectivos órgãos coordenadores. Não havendo manifestação em contrário, ficou aprovada a proposta com a indicação dos órgãos coordenadores. O Secretário Nacional Antidrogas passou a palavra ao Dr. Elisaldo Luiz de Araújo Carlini para falar sobre a Câmara de Assessoramento Técnico. O Dr. Carlini explicou que a Câmara de Assessoramento Técnico Científico será uma instância do Conselho Nacional Antidrogas com a finalidade de emitir parecer e promover estudos técnicos científicos para atender as demandas do plenário do CONAD ou de sua Secretaria-Executiva. A expectativa é de que não seja uma Câmara decorativa, pois esperam ser convocados constantemente para isso acreditam que a composição deva ser diversificada e que haja pessoas com pensamentos e ideologias conflitantes, a fim de que os pareceres a serem levados ao plenário tenha uma, duas ou mais opiniões a respeito do assunto. Acrescentou que qualquer decisão do CONAD referente a temas polêmicos sobre drogas receberá críticas. Disse que os membros da câmara serão escolhidos mais pelo conhecimento técnico-científico e experiência no assunto do que por indicação de instituições. Expôs que existem assuntos que precisam ser discutidos devido a divergências de opiniões como a “ayahuasca” e a






*pareceres*



“descriminalização da maconha”. O Secretário Nacional Antidrogas passou a palavra ao Ministério da Saúde para que os circunstantes tivessem uma visão de como eles iriam colocar em funcionamento as Câmaras de Tratamento e Redução de Danos. Dra. Sueli Carneiro pediu desculpas pela ausência dos Conselheiros Pedro Gabriel Godinho Delgado e Regina Duarte Benevides. Sugeriu a formação de uma só Câmara Redução de Danos e Tratamento por uma ter parceria com a outra. Acrescentou que a Diretora de Prevenção e Tratamento da SENAD já havia relatado algumas parcerias. Além do já exposto: estavam ampliando a rede pública de saúde, trabalhando com a capacitação de recursos humanos da rede e a política de álcool que está sendo discutida junto com a SENAD. Concluiu expondo a importância do Ministério da Saúde estar coordenando este trabalho e a necessidade de ampliar o debate junto com os demais segmentos da sociedade. O Secretário Nacional Antidrogas passou a palavra ao Ministério da Educação com a Câmara de Prevenção. A Conselheira Lúcia Helena Lodi cumprimentou o Secretário Nacional Antidrogas e sua equipe pelo trabalho realizado até então. Relativamente ao Ministério da Educação ressaltou que a prevenção primária está intimamente ligada com o processo formativo; complementando que seu órgão estava assumindo implementar uma política de prevenção primária. Informou que o projeto Ética e Cidadania no Convívio Escolar desenvolvido com a Secretaria de Direitos Humanos atingia cidades com alto índice de violência urbana, portanto, será estendido para cidades de 200 mil habitantes ou 18 mil 736 escolas. O Secretário Nacional Antidrogas passou a palavra a Polícia Federal para manifestar-se sobre a Câmara Técnica de Redução da Oferta. O Conselheiro Getúlio Bezerra Santos apresentou elogios ao Secretário Nacional Antidrogas e sua equipe pelo trabalho realizado pela SENAD. Informou que a Polícia Federal fez algumas modificações em sua estrutura e dentre as novas diretorias têm a Diretoria de Combate ao Crime Organizado com divisões de repressão a entorpecentes, tráfico de armas, crimes contra o patrimônio, crimes financeiros, operações e químicos; e que a referida estrutura seria copiada nos Estados. Expôs que será o Coordenador da referida Câmara por ser o Ministério da Justiça dentro do Sistema Nacional Antidrogas o órgão de coordenação das atividades de repressão ou de redução da oferta que tem na Polícia Federal na sua unidade específica a agência de execução. Explicou que a Câmara de Redução da Oferta irá propor alguns trabalhos para apreciação do Colegiado, como também, vai se habilitar a receber as demandas do plenário, e que espera que esta estrutura de conselho possa ter repercussão nos estados e municípios. O Secretário Nacional Antidrogas disse que a presente reunião era atípica com uma pauta plena, porém era uma fase exatamente de reestruturação e era necessário que o Colegiado tivesse conhecimento dos fatos. Em seguida franqueou a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Domingos Bernardo Gialluisi da Silva Sá parabenizou a SENAD em razão da exposição feita pela Diretora de Prevenção e Tratamento. Ressaltou que relativamente a capacitação de professores acha fundamental que haja um conteúdo programático, que haja uma base ditada pelo CONAD/SENAD, para que as universidades e os professores possam se direcionar porque há diversos conceitos sobre o que é prevenção. Dr. Paulo Gilvane Lopes Pena após parabenizar a SENAD, disse que seria interessante um diagnóstico sobre o uso de álcool e drogas na vida dos trabalhadores, uma vez que estão buscando estudos do início dos anos 90 em relação ao impacto na produtividade, no absenteísmo e em acidentes do trabalho. Ao retornar, o Presidente do CONAD, lamentou sua ausência na reunião que, com certeza, havia sido muito produtiva. Ressaltou que o clima no Conselho era de muito trabalho e esperança. Disse que está prevendo para 2004 uma discussão sobre a política que será chamada de Política Nacional sobre Drogas, que já havia feito convite para o Ministro da Saúde de Portugal e a idéia é trazer experiências polêmicas para saber o que deu certo e o que não deu na visão deles dentro de uma realidade que não é uma realidade brasileira. Ratificou que após ouvir as diversas experiências, a sociedade brasileira estará pronta para qualquer possível atualização na política nacional sobre drogas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente do Conselho Nacional Antidrogas agradeceu

  
  
 L  
 M.  
 J. Acciure



a presença de todos e deu por encerrada a reunião. E eu, Márcia Maria da Silva, Secretária do Conselho Nacional Antidrogas, para constar, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e demais Conselheiros do CONAD.

Jorge Armando Félix  
Presidente do Conselho Nacional Antidrogas

Titular: Paulo Roberto Yag de M. Uchôa  
Secretaria Nacional Antidrogas/GSIPR

Titular: Getúlio Bezerra Santos  
Representante do Departamento de Polícia Federal/MJ

Titular: Waldomiro Bezerra de Melo  
Representante do Ministério da Defesa

Titular: Herica Gomes Vieira  
Representante do Ministério da Fazenda

Titular: Lúcia Helena Lodi  
Representante do Ministério da Educação

Titular: Zeno Holanda Costa Cavalcanti  
Representante do Ministério da Previdência Social

Titular: João Carlos Dias  
Representante da Associação Médica Brasileira

Titular: José Augusto de Barros  
Secretaria Nacional Antidrogas/GSIPR

Titular: José Antônio Teixeira de Souza Vieira  
Representante dos Conselhos Estaduais de Entorpecentes e/ou Antidrogas

Suplente: Domingos Bernardo Gialluisi da Silva Sa  
Representante Jurista

Suplente: José Araken Leão dos Santos  
Representante do Ministério da Defesa

Suplente: Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva  
Representante do Ministério das Relações Exteriores

Suplente: Claudia Veloso Torres do Amaral  
Representante do Ministério da Educação

Suplente: Claudia Veloso Torres do Amaral *(sem efeito) Claudia*  
Representante do Ministério da Educação

~~Suplente: Simplicio Carlos Barbosa  
Representante do Ministério da Previdência Social~~

Suplente: Kleber Pessoa de Melo *Kleber Pessoa de Melo*  
Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde

Suplente: Ronaldo Zonato Esteves *Ronaldo Zonato Esteves*  
Representante da Agência Brasileira de Inteligência

Suplente: Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte *Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte*  
Representante da Secretaria Nacional Antidrogas